

Garnero acredita em 3 anos de carência

São Paulo — O empresário Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, acredita que o Brasil consiga um prazo de carência de três anos nos seus compromissos externos, pagando apenas parte dos juros, durante esse prazo, e oito anos para resgatar a parte principal da dívida externa.

Advertiu, entretanto, que nenhuma decisão do FMI acontecerá antes de meados de outubro e, que mesmo com a entrega de recursos no final do ano, não haverá desafogo na área do câmbio para as importações, porque o país precisará saldar cerca de 4 bilhões de dólares referentes aos empréstimos-ponte e aos compromissos vencidos e não pagos.

Política errada

Ao falar ontem na reunião da Sucesu (Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários), para cerca de 300 empresários da área de informática, ele manifestou a convicção de que o Brasil consiga junto ao Fundo Monetário Internacional condições de renegociação da dívida externa semelhantes às obtidas pelo México. Já no próximo ano — acha — a situação econômica estará bem mais aliviada, permitindo a retomada do desenvolvimento nos dois anos subseqüentes, embora perdurem as dificuldades cambiais. Isso em função, segundo destacou, de um modelo errado na política de exportações, a qual, a seu ver, precisa ser alterada.

Observou que, em 1950, quando se exportava pouco mais de 1 bilhão de dólares por ano, a participação brasileira correspondia a 2,1% do comércio mundial. Hoje, exportando, 23 bilhões de dólares, a participação é inferior a 1,05%. Se mantivesse o mesmo nível de participação, o volume deveria estar em torno de 45 bilhões de dólares. Ele recomendou para os próximos oito anos uma política efetivamente voltada para o mercado externo, deixando o Brasil de ser apenas um exportador eventual de alguns produtos.

Mário Garnero classificou de “ilusória e equivocada” a defesa que certos setores da sociedade civil brasileira, principalmente da área política, fazem da moratória unilateral, imaginando que “ela seja um ato de independência, ou um “7 de Setembro” da economia, a ser lançado a qualquer momento”. Chamou a atenção para as implicações imediatas da medida: “No dia seguinte, faltará petróleo, pão, componentes para a indústria e se verá o Brasil parar de maneira dramática, com o desemprego, que cresce lentamente, se acentuando de imediato”. Isso, na sua opinião, “não passará de uma batalha de escoteiros, que conduzirá o país a uma convulsão social, matando a tênue democracia que já se conseguiu”.